

Projeto de Lei nº de 2003
(Do Sr. Deputado CARLOS NADER .)

*“Modifica dispositivo da Lei
n.º 8.080, de 19 de setembro de
1990.”*

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º O art.43 da Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990,
passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.43 -.....

§1º Os hospitalares universitários e de ensino poderão destinar até 20%(vinte por cento) dos seus leitos operacionais a pacientes que se disponham a pagar pela assistência prestada ou que se encontrem cobertos por planos ou seguros de saúde, em condições similares às da Assistência prestada aos demais pacientes do SUS – Sistema Único de Saúde, admitindo-se diferenciações apenas no padrão da hotelaria.

§2º Os recursos obtidos na forma do parágrafo anterior deverão ser integralmente utilizados para a manutenção do hospital e a melhoria das condições de atendimento.

§3º Caberá ao Conselho Estadual de Saúde deliberar sobre a aplicação do disposto no §1º, nos termos do §2º do art.1º da Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.”

Art.2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A situação dos hospitais públicos do País é preocupante: a remuneração, pelo SUS, dos serviços prestados são flagrantemente insuficientes para cobrir custos operacionais, pondo em risco a sobrevivência tanto da rede própria quanto da conveniada. A situação dos hospitais universitários e de ensino é pior ainda.

Como forma de manter o padrão de assistência, ensino e pesquisa, a maior parte dos hospitais universitários e de ensino, trataram de buscar novas fontes de recursos, reservando uma proporção de seus leitos para pacientes particulares e de planos e seguros de saúde, os chamados “convênios”.

A presente medida tem o cuidado de assegurar, no seu §1º a observância do princípio, insculpido no art.196, caput, da Constituição Federal, que estabelece ao acesso universal e igualitário aos serviços públicos de saúde, mediante a previsão de que ao atendimento nos hospitais universitários e de ensino, aos paciente que se disponham a pagar pela assistência prestada ou que se encontrem cobertos por planos de seguros de saúde, se dê em condições similares às da assistência prestada aos demais pacientes do SUS. Por fim, cabe observar a Lei n.º 8.142, que atribui aos Conselhos de Saúde a formulação de estratégias e o controle da execução da política de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros.

Diante do exposto solicito a especial atenção a presente medida pelos Ilustres Pares.

Sala das Sessões, de de 2003

Deputado CARLOS NADER
PFL-RJ